

Proposta de Revisão da Autonomia deve ser aprovada em Setembro

A reforma da Autonomia decorre há quase dois anos no Parlamento açoriano. A proposta final deverá ser aprovada, em Setembro e seguir depois para Lisboa. O Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, considera que 2019 será um ano importante para a reforma da Autonomia. Numa intervenção na Recepção de Ano Novo aos representantes consulares e às autoridades civis, militares e religiosas dos Açores, que decorreu no Palácio de Sant'Ana, em Ponta Delgada, no Dia de Reis, Vasco Cordeiro defendeu a necessidade serem alteradas algumas normas que estão em vigor que regem a Autonomia açoriana.

A Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA), encerrou ontem a fase de recolha de propostas e pretende terminar o processo, até ao final do próximo mês de Setembro, com a aprovação de um documento único no parlamento açoriano.

Após a conclusão do processo no parlamento açoriano, a decisão de proceder à alteração da legislação sobre diferentes áreas com ligação à Autonomia deverá ser tomada apenas na próxima legislatura pela Assembleia da República, ou seja, nunca antes de 2020.

Na reunião da CEVERA que decorreu ontem, em Ponta Delgada, foi criada uma subcomissão, com representantes de todas as bancadas, que vai procurar consensualizar a propostas apresentadas por todos os partidos representados no parlamento açoriano, com excepção do PCP.

A proposta final da reforma da Autonomia deverá ficar concluída até ao próximo Verão, de modo a que possa ser entregue no Parlamento açoriano antes do fim da presente legislatura que termina em Julho.

Os trabalhos de consensualização das propostas, que devem implicar uma revisão constitucional, começam no final de Janeiro, altura em que a Subcomissão Parlamentar vai efectuar as suas primeiras reuniões.

Criada a 18 de Janeiro de 2017, a CEVERA recebeu contributos dos partidos, de cidadãos e ouviu antigos presidentes do Parlamento açoriano e personalidades sobre o processo de revisão da Autonomia.

Para além da actual presidente do Parlamento açoriano, Ana Luís, a CEVERA efectuou audições com Álvaro Monjardino, Reis Leite, Humberto Melo, Dionísio Sousa e Fernando Meneses. Apenas Francisco Coelho foi o único antigo Presidente do Parlamento açoriano que não foi ouvido no âmbito das audições da CEVERA, uma vez que preside a essa Comissão eventual.

Foram também ouvidos, na mesma comissão parlamentar, os docentes da Universidade dos Açores Carlos Amaral e Luís Andrade, o representante do Fórum Açoriano, Carlos Arruda, o Presidente do Instituto Açoriano de Cultura, Carlos Bessa, o Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, João Maria Mendes e os representantes do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Henrique Rodrigues e Pedro Pascoal.

O Presidente da CEVERA, Francisco Coelho, justificou o facto de o processo de recolha de contributos ter demorado 688 dias por se tratar de um assunto com matérias que requerem um tratamento prolongado devido à sua complexidade.

Francisco Coelho afirmou que estão agora reunidas as condições para que os trabalhos fiquem concluídos dentro do calendário que foi fixado pela comissão parlamentar.

Propostas dos partidos

PS, CDS-PP e BE apresentaram projectos e

antepostas de diplomas na CEVERA sobre a reforma da Autonomia, enquanto PSD, CDS-PP e PPM apresentaram cartas de princípio e o PCP não conta com nenhum contributo para o processo.

A bancada da maioria socialista no Parlamento açoriano apresentou um projecto de Resolução sobre a revisão constitucional, uma anteposta de alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, uma anteposta de lei para a alteração da Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, uma anteposta de lei para a criação do Tribunal da Relação dos Açores, um projecto de diploma regional que regula os termos e condições em que grupos de cidadãos eleitores exercem o direito de iniciativa legislativa junto do Parlamento açoriano e outro projecto de decreto legislativo regional que altera o regime jurídico dos conselhos de ilha.

No âmbito do processo de revisão constitucional, o PS pretende que sejam clarificadas as competências da Região em relação ao mar e evitar as interpretações restritivas sobre os poderes dos órgãos regionais e defende ainda a extinção do cargo de Representante da República e a eleição no parlamento açoriano de dois juizes para o Tribunal Constitucional.

Quanto ao CDS-PP, apresentou no parlamento açoriano um projecto de diploma regional com o objectivo de que seja criada o Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores.

Na carta de princípios remetida à CEVERA, o Grupo Parlamentar do CDS-PP na Assembleia Legislativa manifesta a sua oposição à extinção do cargo do Representante da República.

Os centristas também preconizam a clarificação dos poderes da Região nas matérias de gestão do mar, a reforma do Parlamento açoriano e a possibilidade dos departamentos do Governo Regional ficarem sedeados noutras ilhas para além de São Miguel, Terceira e Faial.

No que se refere ao BE, apresentou um projecto de resolução para a revisão constitucional que vai no sentido de acabar com a proibição de partidos regionais, clarificação dos poderes da Região na gestão do espaço marítimo e da participação em acordos internacionais e, também, defende a extinção do cargo de Representante da República.

A contribuição do BE para o processo de revisão da Autonomia conta ainda com antepostas de lei para a revisão do Estatuto da Região e da lei eleitoral para o Parlamento açoriano.

O PSD apresentou, no âmbito do processo em curso, uma carta de princípios onde defende que devem ser implementada a extinção do cargo de Representante da República e a abolição da norma constitucional que impede a criação de partidos regionais.

Para a bancada social-democrata do Parlamento açoriano, a reforma da Autonomia deve



Após a conclusão do processo no Parlamento açoriano, a decisão de proceder à alteração da legislação sobre diferentes áreas com ligação à Autonomia deverá ser tomada apenas na próxima legislatura pela Assembleia da República, ou seja, nunca antes de 2020.

ainda permitir a abertura da política aos cidadãos, permitir uma maior participação na sociedade civil na execução das políticas públicas e a projecção nacional e europeia do regime autónomo.

Recorde-se que o PSD solicitou o alargamento do prazo para a entrega de contributos na CEVERA, mas acabou por apresentar apenas uma carta de princípios.

O PPM entregou na CEVERA uma carta de princípios onde avança com quase três dezenas de propostas no âmbito do processo de reforma da Autonomia.

Para além de também pretender a extinção do cargo de Representante da República, o PPM defende a criação de um polícia regional e a integração dos Açores numa Euroregião atlântica em conjunto com a Madeira e as Canárias.

O PCP foi o único partido que não apresentou qualquer contribuição para o processo de revisão da Autonomia.

Os comunistas alegam que o processo em curso no Parlamento açoriano para a revisão da Autonomia não é prioritário e que tem como objectivo desviar as atenções dos problemas da governação socialista na Região com as suas políticas em diferentes áreas.

Vasco Cordeiro quer reforço de poderes da Região

O Presidente do Governo Regional, Vasco

Cordeiro, considera que 2019 será um ano importante para a reforma da Autonomia. Na intervenção da Recepção de Ano Novo aos representantes consulares e às autoridades civis, militares e religiosas dos Açores, que decorreu no Palácio de Sant'Ana, em Ponta Delgada, no Dia de Reis, Vasco Cordeiro defendeu a necessidade serem alteradas algumas normas que estão em vigor que regem a Autonomia açoriana.

“Há um conjunto de matérias, um conjunto de aspectos e - porque não dizê-lo - de posições a que temos assistido que fazem prever que 2019 será, particularmente, desafiante e aliciante nesta luta, que não é nova, pela nossa Autonomia, pela capacidade de sermos nós a decidirmos, através das nossas instituições democráticas, o que queremos para a nossa Região”, disse.

De acordo com Vasco Cordeiro, entre essas matérias está a questão relativa aos “poderes que a Região deve ter sobre o Mar que é, desde logo, nosso. Acreditamos que, neste ano de 2019, chegará à Assembleia da República uma anteposta de lei apresentada pelo Governo, em Julho de 2018, na Assembleia Legislativa exactamente para disciplinar esta matéria”, referiu.

Por outro lado, o Presidente do Governo Regional realçou o facto de a Região dispor de poderes para decidir em relação a matérias como a relativas à carreira dos professores ou a instalação de indústrias aeroespaciais em Santa Maria